



IPIUPIARA VI ENERGIA S.A.

CNPJ/ME 45.092.688/0001-15

NIRE 29300041637

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2024

- 1. Data, Hora e Local:** em 01 de setembro de 2024, às 13:00 horas, na sede da **IPIUPIARA VI ENERGIA S.A.**, localizada na Fazenda Costa Rica, Estrada Municipal Ipuipara à Barra do Mendes, km 12, Povoado Olho D'Aguiha, Lote 06, CEP 47.590-000, Ipuipara, Estado da Bahia ("Companhia").
- 2. Presença e Convocação:** dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista o comparecimento do acionista representando a totalidade do capital social da Companhia ("Acionista").
- 3. Composição da Mesa:** (i) **Presidente:** Sra. Mayara Miqueletti de Lima; e (ii) **Secretário:** Sr. Jon Nieva Arrondo.
- 4. Ordem do Dia:** deliberar sobre, em matéria ordinária: (i) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2023 ("Exercício Social de 2022" e "Exercício Social de 2023"); (ii) a destinação do resultado do Exercício Social de 2022 e Exercício Social de 2023; (iii) a consignação da renúncia do Sr. Herbert Laier Júnior ao cargo de Diretor Presidente da Companhia; (iv) a eleição da Sra. Mayara Miqueletti de Lima ao cargo de Diretora Presidente da Companhia; e (v) a consignação da atual composição da diretoria da Companhia; em matéria extraordinária: (vi) o aumento do capital social da Companhia e a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e (vii) autorizar a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento das deliberações.
- 5. Deliberações:** após o exame das matérias constantes na ordem do dia e a análise das contas dos administradores, o Acionista decide, sem quaisquer restrições ou reservas:

Em matéria ordinária:

- (i)** aprovar as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao Exercício Social de 2022 e ao Exercício Social de 2023, publicadas na Central de Balanços - CB do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme os recibos de entrega com certificação digital nº BD0C50C1630B191C9538ADABBBC0CF54966223BF e 9FB4371FB7E474FE172B3F03879BBE51C7C3F00A, ambas datadas de 25 de junho de 2024;
- (ii)** ato seguinte, verificando que a Companhia apresentou resultado negativo de R\$ 26.081,45 (vinte e seis mil, oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos) no Exercício Social de 2022 e de R\$ 76.129,87 (setenta e seis mil, cento e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos) no Exercício Social de 2023, consignar que não haverá distribuição de dividendos, sendo o resultado negativo destinado à conta de prejuízos acumulados da Companhia;

PÁGINA 1 DE 4

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA IPIUPIARA VI ENERGIA S.A. EM 01 DE SETEMBRO DE 2024

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/10/2024



Certifico o Registro sob o nº 98566209 em 22/10/2024

Protocolo 248397630 de 16/10/2024

Nome da empresa IPIUPIARA VI ENERGIA S.A NIRE 29300041637

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 302140967827005

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/10/2024

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral



(iii) consignar a renúncia do Sr. **HERBERT LAIER JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, engenheiro, registrado no CPF/MF sob o nº 005.589.339-20, portador da cédula de identidade RG nº 3.189.785-1, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas, Vila Olímpia, nº 134, 4º Andar, CEP 04551-000, ao cargo de Diretor Presidente, conforme carta de renúncia apresentada à Companhia; e

(iv) eleger a Sra. **MAYARA MIQUELETTI DE LIMA**, brasileira, casada, engenheira, inscrita no CPF/MF sob o nº 077.862.919-89, portadora da cédula de identidade RG nº 7.039.345-0, com endereço profissional na Rua das Olimpíadas, Vila Olímpia, nº 134, 4º andar, CEP 04.551-000, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretora Presidente, por mandato iniciado nesta data e terminando em 19 de abril de 2026;

(v) em razão das deliberações dos itens (iii) e (iv) acima, consignar que a atual diretoria da Companhia será composta pelos membros abaixo elencados, cujo mandato encerrar-se-á em 19 de abril de 2026, conforme seus respectivos termos de posse:

a. Sra. **MAYARA MIQUELETTI DE LIMA**, acima qualificada, que ocupa o cargo de Diretora Presidente;

b. Sr. **FERNANDO GARCÍA-COMAS RUBIO**, espanhol, casado, engenheiro, possuidor do Passaporte espanhol nº XDC688459, CPF/MF sob nº 718.403.931-90, RNM nº F760785-T, com endereço profissional na Rua das Olimpíadas, Vila Olímpia, nº 134, 4º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, CEP: 04.551-000, que ocupa o cargo de Diretor Financeiro; e

c. Sr. **JON NIEVA ARRONDO**, espanhol, solteiro, advogado, possuidor do Passaporte espanhol Nº PAF 847170, CPF/MF sob nº 718.484.541-20, RNM nº F767405-U, com endereço profissional na Rua das Olimpíadas, Vila Olímpia, nº 134, 4º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, CEP: 04.551-000, que ocupa o cargo de Diretor Jurídico.

Em matéria extraordinária:

(vi) aumentar o capital social da Companhia, atualmente totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 1.069.282,00 (um milhão, sessenta e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais), e por meio da emissão de 1.069.282 (um milhão, sessenta e nove mil, duzentas e oitenta e duas) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada.

(a) desta maneira, o capital social da Companhia passa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) totalmente subscrito e integralizado para R\$ 1.070.282,00 (um milhão, setenta mil, duzentos e oitenta e dois reais), dividido em 1.070.282 (um milhão, setenta mil, duzentas e oitenta e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas mediante a conversão de dívida existente da Companhia com o Acionista, conforme o boletim de subscrição anexo à presente Ata (Anexo II);



(b) tendo em vista o aumento do capital social da Companhia acima aprovado, o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5º - Capital Social e Aumento. O capital social é de R\$ 1.070.282,00 (um milhão, setenta mil, duzentos e oitenta e dois reais), dividido em 1.070.282 (um milhão, setenta mil, duzentos e oitenta e duas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1º - O capital social poderá ser aumentado, sem guardar proporcionalidade entre as ações, observado o limite legal, mediante: a) aumento do número de ações ordinárias existentes; ou b) criação de classes de ações preferenciais; e/ou c) quando houver, aumento de uma ou mais classes de ações preferenciais.

Parágrafo 2º - As ações preferenciais não terão direito de voto, mas terão prioridade no reembolso do capital, sem prêmio.

Parágrafo 3º - Além da prioridade estabelecida no parágrafo anterior, os titulares de ações preferenciais concorrerão aos dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, acrescidos de 10% sobre o valor pago a estas últimas.

Parágrafo 4º - A Assembleia geral da Companhia poderá autorizar emissões de debêntures, inclusive conversíveis em ações. Neste caso, ainda que se trate de emissão para colocação particular, na hipótese da conversão das debêntures em ações, não haverá direito de preferência para os acionistas.

Parágrafo 5º - A Companhia também poderá emitir e utilizar, para os fins de capitalização e investimentos inerentes aos seus objetivos, todos e quaisquer tipos de papel comercial, títulos, notas promissórias, e demais modalidades de valores mobiliários nos mercados do Brasil e no exterior, em conformidade com as legislações vigentes."

(vii) o Acionista autoriza a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento do disposto acima, podendo inclusive realizar os registros aplicáveis

6. Encerramento: nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi posteriormente lida, aprovada e devidamente assinada por todos os presentes em 1 (uma) via digital.

7. Assinatura: Mesa: Presidente: Mayara Miquelletti. Secretário: Jon Nieva Arrondo. Acionista: ACCIONA ENERGÍA GLOBAL, S.L..

Declaramos que a presente é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio.

Ipuiara - BA, 01 de setembro de 2024.

(restante da página deixada intencionalmente em branco)



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tUq8RbSWUNzdIKDgSLMthQ&chave2=BT-06aCCpMpeIH2mhcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 71848454120-JON NIEVA ARRONDO|07786291989-MAYARA MIQUELETTI DE LIMA

(Página destinada às assinaturas da ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da IPUPIARA VI ENERGIA S.A., celebrada em 01 de setembro de 2024.)

Mesa:

Mayara Miqueletti de Lima
Presidente

Jon Nieva Arrondo
Secretário

Acionista:

ACCIONA ENERGÍA GLOBAL, S.L.
(p. Mayara Miqueletti de Lima)

PÁGINA 4 DE 4

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA IPUPIARA VI ENERGIA S.A. EM 01 DE SETEMBRO DE 2024

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/10/2024



Certifico o Registro sob o nº 98566209 em 22/10/2024

Protocolo 248397630 de 16/10/2024

Nome da empresa IPUPIARA VI ENERGIA S.A NIRE 29300041637

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 302140967827005

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/10/2024

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral



ANEXO I
TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA DIRETORIA DA
IUPIARA VI ENERGIA S.A.

Eleita em 01 de setembro de 2024

Eu, **MAYARA MIQUELETTI DE LIMA**, brasileira, casada, engenheira, inscrita no CPF/MF sob o nº 077.862.919-89, portadora da cédula de identidade RG nº 7.039.345-0, com endereço profissional na Rua das Olimpíadas, Vila Olímpia, nº 134, 4º andar, CEP 04.551-000, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, tomo posse, neste ato, no cargo de Diretora Presidente da IUPIARA VI ENERGIA S.A., sociedade anônima fechada, com sede com sede na Fazenda Costa Rica, Estrada Municipal Ipujiara à Barra do Mendes, km 12, Povoado Olho D'Aguinha, Lote 06, CEP 47.590-000, Ipujiara, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.092.688/0001-15 e no registro de comércio sob o nº 29300041637 ("Companhia"), para o qual fui eleita com mandato até 19 de abril de 2026, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data.

Declaro, para todos os efeitos legais que não estou impedida por lei especial de exercer a administração da Companhia, nem condenada ou sob efeito de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública ou a propriedade.

Por fim, confirmo que as citações e intimações relativas a processos administrativos ou judiciais relativos a atos de minha gestão deverão ser entregues no endereço de meu domicílio, acima indicado.

Ipujiara - BA, 01 de setembro de 2024.

Mayara Miqueletti de Lima

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/10/2024

Certifico o Registro sob o nº 98566209 em 22/10/2024

Protocolo 248397630 de 16/10/2024

Nome da empresa IUPIARA VI ENERGIA S.A NIRE 29300041637

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 302140967827005

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/10/2024

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tUg8RBSWUNzdiKDgsIMtH0&chave2=BT-06acCpmpelH2mhcFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 71948454120-JON NIEVA ARRONDO|07786291989-MAYARA MIQUELETTI DE LIMA

ANEXO II BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Subscritor: Acciona Energía Global S.L., sociedade estrangeira, organizada e existente de acordo com as leis da Espanha, com sede na cidade de Madrid, na Gran Via de Hortaleza 1, 28033, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.262.494/0001-10, neste ato representada por sua procuradora, devidamente constituída, Mayara Miqueletti de Lima, brasileira, casada, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.039.345-0, inscrita no CPF/MF sob o nº 077.862.919-89, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas, nº 134, Vila Olímpia, 4º andar, CEP 04551-000.

Ações Subscritas: 1.069.282 (um milhão, sessenta e nove mil, duzentas e oitenta e duas) ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão global de R\$ 1.069.282,00 (um milhão, sessenta e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais).

Destinação do Preço de Emissão: o montante total do preço de emissão global acima mencionado será destinado à conta do capital social da Companhia.

Forma e Prazo de Integralização: as ações ordinárias objeto do presente Boletim de Subscrição são totalmente integralizadas, por meio da conversão da dívida existente com a Companhia no valor total de R\$ 1.069.282,72 (um milhão, sessenta e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos), sendo desconsiderados os centavos para fins do presente aumento.

Ipujiara - BA, 01 de setembro de 2024.

ACCIONA ENERGÍA GLOBAL S.L.
(p.p Mayara Miqueletti de Lima)

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/10/2024

Certifico o Registro sob o nº 98566209 em 22/10/2024

Protocolo 248397630 de 16/10/2024

Nome da empresa IPUJIARA VI ENERGIA S.A NIRE 29300041637

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 302140967827005

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/10/2024

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral





ANEXO III ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - NOME, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - Denominação e Características. A IPUPIARA VI ENERGIA S.A. é uma sociedade anônima fechada, que se rege pelo presente Estatuto e pela Lei nº 6.404, de 1976.

Artigo 2º - Sede, Foro e Dependências. A Companhia tem sede na Fazenda Costa Rica, Estrada Municipal Ipujiara à Barra do Mendes, km 12, Povoado Olho D'Aguiha, Lote 06, CEP 47.590-000, Ipujiara, Estado da Bahia, e foro jurídico na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo criar, manter ou extinguir filiais, escritórios e representação em qualquer outro município da Federação e no exterior, por deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 3º - Objeto Social. A Companhia tem por objeto administrar os bens próprios e as participações no capital de outras sociedades com o objeto social compatível, como sócia ou acionista, bem como explorar atividades de geração e comercialização de energia elétrica, empreender atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica.

Artigo 4º - Duração. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - Capital Social e Aumento. O capital social é de R\$ 1.070.282,00 (um milhão, setenta mil, duzentos e oitenta e dois reais), dividido em 1.070.282 (um milhão, setenta mil, duzentas e oitenta e duas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1º - O capital social poderá ser aumentado, sem guardar proporcionalidade entre as ações, observado o limite legal, mediante: a) aumento do número de ações ordinárias existentes; ou b) criação de classes de ações preferenciais; e/ou; c) quando houver, aumento de uma ou mais classes de ações preferenciais.

Parágrafo 2º - As ações preferenciais não terão direito de voto, mas terão prioridade no reembolso do capital, sem prêmio.

Parágrafo 3º - Além da prioridade estabelecida no parágrafo anterior, os titulares de ações preferenciais concorrerão aos dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, acrescidos de 10% sobre o valor pago a estas últimas.

Parágrafo 4º - A Assembleia Geral da Companhia poderá autorizar emissões de debêntures, inclusive conversíveis em ações. Neste caso, ainda que se trate de emissão para colocação particular, na hipótese da conversão das debêntures em ações, não haverá direito de preferência para os acionistas.

Parágrafo 5º - A Companhia também poderá emitir e utilizar, para os fins de capitalização e investimentos inerentes aos seus objetivos, todos e quaisquer tipos de papel comercial, títulos, notas promissórias, e demais modalidades de valores mobiliários nos mercados do Brasil e no exterior, em conformidade com as legislações vigentes.

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/10/2024



Certifico o Registro sob o nº 98566209 em 22/10/2024

Protocolo 248397630 de 16/10/2024

Nome da empresa IPUPIARA VI ENERGIA S.A NIRE 29300041637

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 302140967827005

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/10/2024

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral



Artigo 6° - Voto. A cada uma das ações ordinárias é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias.

Artigo 7° - Forma. As ações serão nominativas, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de Registro de Ações Nominativas.

Parágrafo 1° - Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá converter as ações à forma escritural, independentemente de reforma estatutária, que serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, em instituição designada pela Diretoria, obedecendo às disposições dos artigos 34 e 35 da Lei n.º 6.404, de 1976, e as demais prescrições legais e regulamentares.

Parágrafo 2° - A Instituição Depositária das ações é facultada a cobrança de custo do serviço de transferência da propriedade das ações, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 8° - Novos Acionistas. A Companhia poderá admitir novos acionistas, observado o disposto no artigo 253 da Lei 6.404, de 1976.

Artigo 9° - Integralização. O acionista que não fizer os pagamentos nas condições previstas nos boletins de integralização de ações a prazo ficará sujeito ao pagamento de juros de mora de 12% a.a., de correção monetária com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre o mês da subscrição e o do efetivo pagamento, e de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor das prestações em atraso.

Artigo 10° - Ações em Tesouraria. A Companhia poderá, nas condições estipuladas pela Assembleia Geral, adquirir ações de sua própria emissão para cancelamento, ou permanência em tesouraria e posterior alienação.

Artigo 11 - Reembolso. O valor de reembolso a ser pago pela Companhia, nos casos previstos em Lei será estipulado com base no valor de patrimônio líquido constante do último Balanço aprovado pela Assembleia Geral, observado o disposto no § 2° do artigo 45 da Lei n° 6.404, de 1976.

Artigo 12 - Resgate e Amortização. A Assembleia Geral poderá autorizar a realização de operações de resgate ou amortização das ações da Companhia.

Parágrafo 1° - O resgate e a amortização que não abrangerem a totalidade das ações de uma mesma classe serão feitas de forma proporcional, em condições paritárias, levando-se em conta o número de ações da classe em apreço detida por cada um dos acionistas da Companhia.

Parágrafo 2° - Para os fins do presente artigo poderá ser criada uma Reserva para Resgate e uma Reserva para Amortização, devendo ser destinado, a cada uma, no máximo, 5% do Lucro Líquido do Exercício, na forma do artigo 31, § 1° do presente Estatuto.

Parágrafo 3° - Quando existentes, a Reserva de Resgate e a de Amortização não poderão, isoladamente, ultrapassar 20% do capital social integralizado.

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/10/2024



Certifico o Registro sob o nº 98566209 em 22/10/2024

Protocolo 248397630 de 16/10/2024

Nome da empresa IPUPIARA VI ENERGIA S.A NIRE 29300041637

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 302140967827005

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/10/2024

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral



CAPÍTULO III - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 13 - Objeto. A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Artigo 14 - Instalação. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, e em sua falta ou impedimento, por outro membro da Diretoria. Na falta ou impedimento deste, a Assembleia será presidida e instalada por acionista escolhido entre os presentes.

Parágrafo único - O presidente da Assembleia escolherá um ou mais secretários.

Artigo 15 - Assembleia Geral Ordinária. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, anualmente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência, previstas no artigo 132 da Lei n.º 6.404, de 1976.

Artigo 16 - Assembleia Geral Extraordinária. A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e neste Estatuto.

Parágrafo único - A Assembleia Geral poderá ser convocada pela Diretoria, por iniciativa própria, ou por solicitação do acionista. Caso a Diretoria não convoque a Assembleia Geral no prazo de 30 (trinta) dias da solicitação, os acionistas poderão fazê-lo por iniciativa própria.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO.

Artigo 17 - Administração. A Companhia será administrada pela Diretoria.

Artigo 18 - Remuneração. A Assembleia Geral fixará o montante da remuneração global dos Diretores, que será distribuída de acordo com o disposto na lei e neste Estatuto.

Artigo 19 - Composição. A Diretoria será composta de 1 (um) ou mais Diretores, acionistas ou não, residentes ou não no país.

Parágrafo 1º - Os Diretores serão eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo e terão mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, e se estende até a investidura dos novos eleitos.

Parágrafo 2º - Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá à Assembleia Geral eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos o prazo da gestão e os respectivos vencimentos.

Artigo 20 - Atribuições e poderes. Compete à Diretoria exercer as atribuições que a Lei, o Estatuto Social e a Assembleia Geral lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

Parágrafo 1º - As atribuições e poderes inerentes a cada cargo de Diretoria serão especificados pela Assembleia Geral, inclusive para os efeitos do artigo 158, § 3º da Lei n.º 6.404, de 1976, observado o que dispuser este estatuto sobre as atribuições do Diretor Presidente.

Parágrafo 2º - É proibida a prática pela Diretoria de atos, de qualquer natureza, estranhos ao objeto social da Companhia, salvo autorização prévia e por escrito pelos acionistas.

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/10/2024

Certifico o Registro sob o nº 98566209 em 22/10/2024

Protocolo 248397630 de 16/10/2024

Nome da empresa IPUPIARA VI ENERGIA S.A NIRE 29300041637

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 302140967827005

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/10/2024

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral





Artigo 21 - Sem prejuízo de outras competências atribuídas pela assembleia aos diretores, compete especificamente ao Diretor Presidente: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) representar a Diretoria perante a Assembleia Geral da Companhia; (iii) convocar a assembleia geral, quando julgar necessário; (iv) convocar e presidir as reuniões da Diretoria e; (v) respeitadas as competências atribuídas neste Estatuto ou pela Assembleia Geral da Companhia, atribuir competências aos demais Diretores da Companhia.

Artigo 22 - Sem prejuízo de outras competências atribuídas pela assembleia aos diretores, compete especificamente ao Diretor Financeiro: (i) supervisionar as atividades financeiras da Companhia e das subsidiárias, como, por exemplo, atividades de tesouraria, contas a pagar e a receber, gestão do fluxo de caixa, obrigações fiscais, obrigações tributárias acessórias, contratação de seguros e garantias e planejamento financeiro; (ii) elaborar e manter a contabilidade e as demonstrações financeiras; (iii) elaborar e revisar, em conjunto com o Diretor Presidente, os orçamentos anuais da Companhia e de suas subsidiárias; (iv) acompanhar a execução financeira dos planos de negócios e dos orçamentos anuais aprovados; (v) gerenciar o caixa e administrar e controlar as reservas financeiras; (vi) coordenar as captações de mercado da Companhia e das subsidiárias; e (vii) acompanhar os trabalhos dos auditores externos.

Artigo 23 - Sem prejuízo de outras competências atribuídas pela assembleia aos diretores, compete especificamente ao Diretor Jurídico: (i) organizar, controlar, coordenar e supervisionar os assuntos e as atividades de caráter jurídico da Companhia, em seus aspectos técnicos, operacionais, institucionais e estratégicos; e (ii) organizar, controlar, coordenar e supervisionar a contratação de profissionais externos vinculados à prestação de serviço na área jurídica.

Artigo 24 - Além das atribuições que lhes forem conferidas por este Estatuto ou pela Lei nº 6.404/1976, compete a Diretoria: a) zelar pela observância da lei aplicável aos negócios da Companhia, deste Estatuto Social e pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; e b) exercer as demais atribuições que lhes forem conferidas pela Assembleia Geral.

Artigo 25 - Reuniões. A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. A convocação cabe ao Diretor Presidente, que também presidirá a reunião.

Parágrafo único - As reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em ata própria.

Artigo 26 - Representação da Sociedade. A Companhia poderá ser representada por seus Diretores, em conjunto ou individualmente, e/ou por seus procuradores, em conjunto ou individualmente, nomeados pelos Diretores na prática de quaisquer atos dentro do escopo das funções dos Diretores.

Artigo 27 - Procuradores. Poderão ser constituídos procuradores da Companhia por meio da outorga de poderes por, ao menos, 1 (um) Diretor, devendo ser especificados os atos e operações que poderão praticar.

Parágrafo único - As procurações terão sempre prazo determinado, não excedente a 3 (três) anos, salvo aquelas que contemplarem os poderes da cláusula *ad judicium*.

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/10/2024



Certifico o Registro sob o nº 98566209 em 22/10/2024

Protocolo 248397630 de 16/10/2024

Nome da empresa IPUPIARA VI ENERGIA S.A NIRE 29300041637

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 302140967827005

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/10/2024

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral



CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 28 - Composição e Funcionamento. A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes era igual número, que só será eleito e instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, nos casos previstos em lei.

Artigo 29 - O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

Artigo 30 - Remuneração. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eger, não podendo ser inferior a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADOS

Artigo 31 - Exercício Social. O exercício social terá a duração de 1 (um) ano, e terminará no último dia do mês de dezembro de cada ano.

Artigo 32 - Demonstrações Financeiras. Ao fim de cada exercício social serão elaborados, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, que observarão os princípios e critérios contábeis recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 33 - Destinação dos Resultados. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

Parágrafo 1° - Destinar-se-á 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior, para a constituição da Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social integralizado.

Parágrafo 2° - Após constituída a Reserva Legal, o lucro que remanescer, diminuído ou acrescido da importância destinada à formação da reservas para contingências, reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, de lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício, será distribuído na seguinte ordem:

a) parcela do lucro necessária ao pagamento do dividendo obrigatório, ou seja 25% (vinte e cinco por cento) para os acionistas titulares de ações ordinárias, e, quando for o caso, igual percentual aos titulares de ações preferenciais, acrescido de 10% (dez por cento) do valor atribuído às ordinárias (artigo 5°, § 3°);

b) quando for o caso, da parcela de lucro necessária a formação da Reserva para Resgate, até o limite de 20 % (vinte por cento) do capital social integralizado (artigo 12);

c) quando for o caso, da parcela de lucro necessária a formação da Reserva para Amortização, até o limite de 20 % (vinte por cento) do capital social integralizado (artigo 12);

Parágrafo 3° - Atendida a distribuição prevista no parágrafo anterior, a Assembleia Geral poderá, por proposta da Diretoria, deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovada, na forma do artigo 196 da Lei nº 6.404, de 1976.

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/10/2024

Certifico o Registro sob o nº 98566209 em 22/10/2024

Protocolo 248397630 de 16/10/2024

Nome da empresa IPUPIARA VI ENERGIA S.A NIRE 29300041637

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 302140967827005

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/10/2024

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral





Artigo 34 - Dividendos Intermediários. A diretoria poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, § 1º da Lei n.º 6.404, de 1976.

Parágrafo único - A qualquer tempo, a diretoria também poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

CAPÍTULO VII - DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 35 - Liquidação. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, e se extinguirá pelo encerramento da liquidação.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral nomeará o liquidante, fixará os seus honorários, determinará o modo de realização da liquidação e as formas e diretrizes a seguir.

Parágrafo 2º - O liquidante poderá ser destituído a qualquer tempo.

Artigo 36 - Conselho Fiscal. No período de Liquidação da Companhia o Conselho Fiscal só funcionará a pedido de acionistas, observando-se o disposto nos artigos 28 a 30 deste Estatuto.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Artigo 37 - O § 2º e o § 3º do artigo 5º e a segunda parte da alínea "a" do § 2º do artigo 33 do presente Estatuto só terão plena eficácia após a emissão de ações preferenciais.

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/10/2024

Certifico o Registro sob o nº 98566209 em 22/10/2024

Protocolo 248397630 de 16/10/2024

Nome da empresa IPUPIARA VI ENERGIA S.A NIRE 29300041637

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 302140967827005

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/10/2024

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral





TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	IUPIARA VI ENERGIA S.A
PROTOCOLO	248397630 - 16/10/2024
ATO	008 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA
EVENTO	008 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA

MATRIZ

NIRE 29300041637
CNPJ 45.092.688/0001-15
CERTIFICO O REGISTRO EM 22/10/2024
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98566209 DE 22/10/2024 DATA AUTENTICAÇÃO 22/10/2024

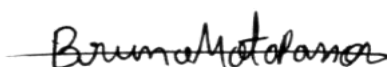
EVENTOS

021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) ARQUIVAMENTO: 98566209
051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 98566209
219 - ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES ARQUIVAMENTO: 98566209

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 07786291989 - MAYARA MIQUELETTI DE LIMA - Assinado em 16/10/2024 às 15:26:27

Cpf: 71848454120 - JON NIEVA ARRONDO - Assinado em 16/10/2024 às 14:28:00



BRUNO MOTA PASSOS

Secretário-Geral